

VARGAS: O CAPITALISMO EM CONSTRUÇÃO*

*Gentil Corazza***

Este livro de Pedro Fonseca se constitui numa singular e valiosa contribuição para o entendimento da formação e do desenvolvimento histórico da economia, da política e da sociedade brasileiras, entendidas como a história da construção do capitalismo em nosso País. Seu objetivo é reconstruir essa totalidade a partir de um estudo dos discursos de Vargas.

Em sua estrutura, o livro compreende uma introdução, onde o autor explicita seu método e marco teórico, uma conclusão, em que são retomadas as principais linhas norteadoras da análise, além dos cinco capítulos que constituem o corpo do trabalho propriamente dito e abordam, respectivamente, a economia e a política gaúchas na República Velha, a crise dos anos 20, os anos 30 e a nova ordem, o Estado Novo e o Segundo Governo Vargas.

O que é original nessa obra de Pedro Fonseca é justamente o seu ponto de partida e fio condutor da análise histórica: o discurso como objeto de investigação, ou seja, a tentativa de “pensar o real valendo-se do próprio pensamento sobre o real”. Não pretende, contudo, explicar o discurso pelo próprio discurso, pois o mesmo não se explica a si mesmo, não possui autonomia face ao real, o que lhe tiraria seu conteúdo histórico. Por outro lado, o discurso não é “um amontoado de idéias falsas” sobre a realidade. Assim como a ideologia e os fatos políticos, ele possui sua relevância, sua lógica, enquanto fato social que é, produto de determinadas relações sociais. Expressa uma forma de percepção e de ordenamento da realidade e, por isso, está vinculado às condições materiais em que os homens estabelecem suas relações sociais. Ou seja, ao defender a possibilidade de se reconstruir cientificamente uma totalidade histórica, tendo o discurso como ponto de partida, Fonseca não o vê como mera aparência do real, nem como o motor do processo histórico. Como percepção da realidade, o discurso é parte integrante da mesma. “Nem autônomo, nem determinado”, mas em integração com as exigências econômicas e vinculado às forças políticas que o sustentam ou lhe fazem oposição.

* Resenha de FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1989). *Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954*. São Paulo, Brasiliense.

** Economista da FEE e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Colocada essa postura metodológica, Fonseca procura estabelecer um marco teórico que lhe permita compreender todo o processo histórico brasileiro em suas dimensões econômica, política e social, nos seus aspectos de continuidade e de ruptura, um marco teórico capaz de explicitar, ao mesmo tempo, as contradições inerentes a esse processo e dar conta de sua unidade e sentido ao longo de um período tão vasto de nossa história, o qual tem em Getúlio Vargas seu personagem central.

Esse marco teórico o autor vai buscar em Florestan Fernandes, no seu conceito de revolução burguesa no Brasil, entendida como “um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicossociais e políticas”, as quais não se deram num golpe, mas constituem um longo processo contraditório e conflituoso, que possui um ponto de partida e um de chegada, ou seja, uma unidade e um sentido: o capitalismo em construção.

Analisando os discursos de Vargas — desde sua época de estudante de Direito até sua Carta-Testamento —, Fonseca procura reconstruir esse processo de construção do capitalismo no Brasil, analisando suas bases materiais, os atores políticos, o jogo de interesses das classes sociais e a ação do Estado.

Uma leitura dessa obra ressalta de imediato a utilização plena pelo autor do método de análise e do marco teórico ao longo das 468 páginas do seu texto. Somente a definição clara desses instrumentos fundamentais de trabalho permitiu que o autor reconstruísse, a partir do discurso, um período tão vasto e tão complexo da história brasileira, englobando seus aspectos econômicos, políticos e sociais, sem perder de vista a unidade e o sentido do processo histórico.

Já na análise que faz dos discursos de Vargas durante a República Velha, ressalta a dupla dimensão dos mesmos: de um lado, como reflexo das condições históricas dadas e, de outro, como proposta de ordenamento da realidade. Tais aspectos se articulam num corpo ideológico comum — o positivismo —, cujo ideário configura um projeto, pois “(. . .) pode ser entendido como um amplo conjunto de medidas que se contrapõem aos diversos obstáculos que se antepõem à expansão capitalista” (p. 74).

Os discursos de Vargas desse período pré-30 — desde quando era estudante de Direito e depois como Deputado Estadual e Federal, Ministro da Fazenda, Presidente do Estado e líder da Aliança Liberal — são fortemente influenciados pelo positivismo enquanto ideologia: expressão de um projeto e de um processo, cujo traço mais essencial é o da expansão e consolidação do capitalismo e do poder burguês no Brasil.

Enquanto discurso, o lema positivista “ordem e progresso” faz parte não apenas de um projeto, mas traduz um processo único, um progresso ordenado, em que, ao mesmo tempo, há desenvolvimento das forças produtivas sem, no entanto, ferir a estrutura social. Como diz Fonseca: “(. . .) o positivismo é expressão ideológica de uma transformação eminentemente conservadora” (p. 78).

Vargas, seu discurso, sua ideologia, suas medidas de política econômica e seu projeto passam pelas metamorfoses do próprio processo, assumindo, a cada conjuntura, novas formas, sem contudo perder sua própria identidade. De típico político governista nessa fase, que admitia seu mandato como concessão, justificando suas

medidas e assumindo sua ideologia, ao mesmo tempo vai apresentando nuances que o diferenciam do *status quo* pela defesa da industrialização, pela aceitação e pelas restrições ao capital estrangeiro, pelas críticas aos fazendeiros e ao *laissez-faire*. Por tudo isso, vai, aos poucos, se diferenciando da ortodoxia positivista. Vargas e seu discurso vão, gradativamente, captando os sinais das mudanças do período final da Velha República e assumem a perspectiva nacional como uma necessidade para o trato da economia local. Com a Aliança Liberal, liderada por Vargas, no topo das transformações econômicas e da crise do sistema oligárquico, colocava-se a possibilidade histórica de uma oligarquia regional ensaiar uma espécie de projeto nacional.

A Aliança Liberal, contudo, como bem demonstra o autor, também está atravessada pelas contradições: no mesmo discurso que fazia a crítica dos vícios do velho regime, estabelecia as bases conservadoras da nova ordem.

Um dos pontos altos do livro é a análise do período de transição entre a Velha e a Nova República, o tipo de ruptura efetuado a partir dos interesses subjacentes ao processo. Segundo Fonseca, a Revolução de 30 foi, ao mesmo tempo, oligárquica e burguesa, pois a oligarquia não constitui uma classe social, mas, sim, um aspecto do sistema político (controle do voto) e da propriedade da terra. Os acontecimentos de 30 não são a “revolução” burguesa, mas fazem parte de um processo no qual a burguesia agrária detém a hegemonia, embora os industriais não tenham sido excluídos do mesmo.

É, sem dúvida, um grande mérito do livro a forma como coloca questões polêmicas relativas aos acontecimentos de 30 e, igualmente, como encaminha as respostas a tais questões.

É o caso de como interpreta o caráter das mudanças ocorridas em 30. Constitui questão polêmica na literatura o problema da mudança e da continuidade nesses acontecimentos. Faoro e De Decca, por exemplo, ressaltam que houve apenas mudança de forma (a forma de dominação), reafirmando a permanência do conteúdo. A respeito, Fonseca resalta que, em estudo histórico, não devem ser desprezadas as mudanças, mesmo que apenas de forma, pois essas não podem ser confundidas com as aparências do real, o que sugere a necessidade de se superar as análises apenas de “conteúdo”.

No contexto de sua proposta de trabalho, o autor propõe retomar a idéia de processo, evitando as polarizações forma—conteúdo e propostas—resultados. Nessa linha, conclui que, embora a Aliança Liberal tenha sido gestada no interior de parte das oligarquias dominantes da República Velha, o golpe de Estado de 1930 constitui um avanço e uma ruptura na história econômica e política do Brasil. Os discursos de Vargas ajudam a evidenciar essa ruptura, seu alcance e seus limites.

Por seu lado, os estudos que frisam a continuidade da economia e da política entre os dois períodos são incapazes de dar conta do processo histórico em sua totalidade, uma vez que existe elementos de continuidade (a estrutura de posse da terra, a excludência de parte da população, a elitização do poder e da tomada de decisões, as desigualdades regionais, a distribuição da renda, etc.), mas também existem elementos de mudança (o intervencionismo e a ampliação da esfera estatal na economia e na política, a postura estatal frente à industrialização e à diversificação

agrícola, a centralização política e o autoritarismo, conflitos de classe arbitrados de forma diferente), ou seja, há transformações na política econômica e no campo institucional.

Desse modo, como ressalta o autor, posturas como “em essência nada mudou” negam a própria dinâmica histórica. Libertar-se do “conteudismo” não significa negar a continuidade, mas, sim, detectar as mudanças das formas, através das quais se reproduzem as regularidades. Assim, lembra Fonseca, a partir de 1930, se permaneceu a concentração da renda, ela foi assegurada sob novas formas, pois teve lugar uma legislação trabalhista que antes não havia; embora o Governo continuasse atendendo aos cafeicultores, mudou a forma do seu financiamento; sem modificar as estruturas da posse da terra, alterou a forma pela qual os setores agrários fizeram valer seus interesses no âmbito do poder.

Com base nessas colocações, conclui que o processo da revolução burguesa no Brasil

“(. . .) embora único em seu sentido, não o é em seu movimento, ou seja, variaram ao longo do tempo os setores econômicos que o dinamizaram, as classes sociais que lhe deram impulso, as articulações políticas que o sustentaram e as ideologias que o justificaram (. . .) Em outras palavras, variaram as formas pelas quais ele foi tomando corpo em determinadas situações históricas concretas. Neste sentido, a mudança de formas é a história do próprio processo” (p. 243).

Acompanhando as transformações da realidade e suas formas, passam por metamorfoses também os discursos de Vargas, incorporando sempre novos temas colocados pelas próprias transformações. Ou seja, o mesmo método aplicado aos discursos permite acompanhar as novas formas que a ideologia vai assumindo, sem perder de vista a sua continuidade.

Assim, no Estado Novo, o intervencionismo positivista conservador passou a ter a feição de um intervencionismo voltado para o futuro: o desenvolvimento econômico deixou de ser um ponto programático para tornar-se ideologia. Nacionalismo que não significa repulsa ao capital estrangeiro, centralização do poder que não exclui os atores privados da cena política, repressão social que convive com o surgimento da legislação trabalhista.

Foi justamente no período do Estado Novo, em que o Estado parecia autonomizar-se, que a burguesia encontrou ambiente propício para efetivar sua dominação de classe, expandindo-se economicamente e assegurando seu interesse no âmbito do Estado.

Ao mesmo tempo, porém, em que se consolidam o capitalismo e a dominação da classe capitalista, avançam as leis sociais, como afirma o autor:

“Não há de se estranhar, portanto, que ambos os processos, de consolidação da dominação burguesa e de implantação da legislação do trabalho, coincidiram no tempo” (p. 299).

Não se tratava, na realidade, de dois processos, mas de um único, que, embora contraditório (e exatamente por isso), possuía uma unidade. Os discursos de Vargas

desse período ajudam a evidenciar o sentido desse processo, mas também seus percalços, seus problemas e suas hesitações.

Assim, toda a política centralizadora destinada a eliminar os localismos e a conter as oligarquias não conseguiu impedir o aumento das desigualdades regionais. A tendência de concentração econômica de São Paulo manteve-se. Mas, como nas demais situações, Fonseca explora as mudanças na continuidade do processo: São Paulo, de líder da economia cafeeira, passou a sê-lo agora como carro-chefe da industrialização.

Do mesmo modo que se desenrola um processo histórico sob diferentes formas históricas, também se transformam a percepção e a representação do mesmo. Mudam o discurso e a ideologia: positivismo, corporativismo, desenvolvimentismo, nacionalismo, populismo, trabalhismo.

É no Segundo Governo Vargas que culmina a análise dos discursos daquele que foi o personagem central desse longo período histórico. Nesse capítulo, o autor analisa a crise do populismo de Vargas, explorando suas contradições internas. Para explicar essa crise, Fonseca diz ser necessário ter presente a existência de um projeto de desenvolvimento, as forças econômicas e sociais a ele vinculadas e as que lhe faziam oposição, o sentido de seu nacionalismo e a articulação proposta ao capital estrangeiro. Todos esses elementos precisam ser levados em conta para que se chegue a uma explicação de seu desfecho.

A proposta populista acena para uma certa utopia: tornar máxima a acumulação de capital e, ao mesmo tempo, buscar coesão e legitimidade, recorrendo a apelos distributivistas. Sua crise vincula-se às contradições expressas nas duas faces da ideologia populista: a desenvolvimentista, voltada a incentivar a acumulação de capital, e a trabalhista, que procurava inserir os trabalhadores na sociedade capitalista em construção.

Conduzindo a análise mais para o terreno da economia, Fonseca afirma que Vargas levou às últimas conseqüências sua proposta de acelerar e consolidar o desenvolvimento capitalista que se corporificava na construção do departamento produtor de bens de produção (D_I). Isso colocava o Governo numa encruzilhada, pois, com a implantação do D_I , faltava definir o tipo de desenvolvimento que se queria, ou seja, se o D_I se articularia com a produção de bens de consumo mais sofisticados (D_{II}) ou com a produção de bens de consumo dos assalariados (D_{III}). Cada uma dessas alternativas impunha arranjos específicos de economia e se refletia em diferentes políticas econômicas. Por exemplo, uma articulação D_I - D_{III} exigia uma elevação dos salários e uma melhor distribuição da renda. Já uma definição por D_I - D_{II} implicava maior controle salarial e concentração da renda.

O Governo Vargas oscilou entre uma e outra alternativa. Embora, no final, tivesse partido para uma política salarial mais frouxa, própria da articulação D_I - D_{III} , a concentração da renda continuou inalterada, formando um quadro muito mais próximo da articulação D_I - D_{II} .

A conclusão do autor resume todos os aspectos levantados no decorrer dessa rica e inovadora análise de nossa história:

“Assim, a Revolução Burguesa alcançava seus momentos finais mantendo a excludência de grande parte da população, (...) aguçando os contrastes, mas industrializando o país, consolidando a dominação burguesa e imprimindo ao seu crescimento taxas sem precedentes no contexto mundial (...)” (p. 463).